



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de Técnico Judiciário Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'M13', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não há nada mais relevante para a vida social que a formação do sentimento da justiça.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia o trecho inicial da crônica “Histórias de Zig”, de Rubem Braga, para responder às questões de números 1 a 9.

Um dia, antes do remate de meus dias, ainda jogarei fora esta máquina de escrever e, pegando uma velha pena de pato, me porei a narrar a crônica dos Braga. Terei então de abrir todo um livro e contar as façanhas de um deles que durou apenas onze anos, e se chamava Zig.

Zig – ora direis – não parece nome de gente, mas de cachorro. E direis muito bem, porque Zig era cachorro mesmo. Se em todo o Cachoeiro era conhecido por Zig Braga, isso apenas mostra como se identificou com o espírito da Casa em que nasceu, viveu, mordeu, latiu, abanou o rabo e morreu.

Teve, no seu canto de varanda, alguns predecessores ilustres, dos quais só recordo Sizino, cujos latidos atravessam minha infância, e o ignóbil Valente, que encheu de desgosto meu tio Trajano. Não sei onde Valente ganhou esse belo nome; deve ter sido literatura de algum Braga, pois hei de confessar que só o vi valente no comer angu. E só aceitava angu pelas mãos de minha mãe.

Um dia, tio Trajano veio do sítio... Minto! Foi tio Maneco. Tio Maneco veio do sítio e, conversando com meu pai na varanda, não tirava o olho do cachorro. Falou-se da safra, das dificuldades da lavoura.

– Ó Chico, esse cachorro é veadeiro.

Meu pai achava que não; mas, para encurtar conversa, quando tio Maneco montou sua besta, levou o Valente atrás de si com a coleira presa a uma cordinha. O sítio não tinha três léguas lá de casa. Dias depois meu tio levou a cachorrada para o mato, e Valente no meio. Não sei se matou alguma coisa; sei apenas que Valente sumiu. Foi a história que tio Maneco contou indignado a primeira vez que voltou no Cachoeiro; o cachorro não aparecera em parte alguma, devia ter morrido...

– Sem-vergonhão!

Acabara de ver o Valente que, deitado na varanda, ouvia a conversa e o mirava com um olho só.

Nesse ponto, e só nele, era Valente um bom Braga, que de seu natural não é povo caçador; menos eu, que ando por este mundo a caçar ventos e melancolias.

(Rubem Braga. **50 crônicas escolhidas**. São Paulo: Global Editora, 2021)

1. Depreende-se da crônica que, por
 - (A) sumir frequentemente, Valente era um bom Braga.
 - (B) ser medroso, Valente era um bom Braga.
 - (C) não ser caçador, Valente era um bom Braga.
 - (D) ser caçador, Valente era um bom Braga.
 - (E) não ser medroso, Valente era um bom Braga.

2. O cronista dirige-se explicitamente a seus leitores no seguinte trecho:
 - (A) *Terei então de abrir todo um livro e contar as façanhas de um deles que durou apenas onze anos, e se chamava Zig.* (1º parágrafo)
 - (B) *Um dia, antes do remate de meus dias, ainda jogarei fora esta máquina de escrever e, pegando uma velha pena de pato, me porei a narrar a crônica dos Braga.* (1º parágrafo)
 - (C) *Zig – ora direis – não parece nome de gente, mas de cachorro. E direis muito bem, porque Zig era cachorro mesmo.* (2º parágrafo)
 - (D) *Não sei onde Valente ganhou esse belo nome; deve ter sido literatura de algum Braga, pois hei de confessar que só o vi valente no comer angu.* (3º parágrafo)
 - (E) *Tio Maneco veio do sítio e, conversando com meu pai na varanda, não tirava o olho do cachorro.* (4º parágrafo)

3. O cronista expressa uma retificação no seguinte trecho:
 - (A) *E só aceitava angu pelas mãos de minha mãe.* (3º parágrafo)
 - (B) *Um dia, tio Trajano veio do sítio... Minto! Foi tio Maneco.* (4º parágrafo)
 - (C) *Tio Maneco veio do sítio e, conversando com meu pai na varanda, não tirava o olho do cachorro.* (4º parágrafo)
 - (D) *O sítio não tinha três léguas lá de casa.* (6º parágrafo)
 - (E) *Acabara de ver o Valente que, deitado na varanda, ouvia a conversa e o mirava com um olho só.* (8º parágrafo)

4. *Teve, no seu canto de varanda, alguns predecessores ilustres, dos quais só recordo Sizino, cujos latidos atravessam minha infância, e o ignóbil Valente, que encheu de desgosto meu tio Trajano.* (3º parágrafo)

O termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

 - (A) preguiçoso.
 - (B) inofensivo.
 - (C) ambíguo.
 - (D) nostálgico.
 - (E) deplorável.



5. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) Foi a história que tio Maneco contou indignado (6º parágrafo).
 - (B) me porei a narrar a crônica dos Braga (1º parágrafo).
 - (C) não tirava o olho do cachorro (4º parágrafo).
 - (D) ouvia a conversa e o mirava com um olho só (8º parágrafo).
 - (E) ando por este mundo a caçar ventos e melancolias (9º parágrafo).
-
6. Se em todo o Cachoeiro era conhecido por Zig Braga, isso apenas mostra como se identificou com o espírito da Casa em que nasceu, viveu, mordeu, latiu, abanou o rabo e morreu. (2º parágrafo)
- O termo sublinhado acima refere-se a
- (A) Casa
 - (B) cachorro
 - (C) Cachoeiro
 - (D) espírito
 - (E) Zig Braga
-
7. Tio Maneco disse para o meu pai: – Esse cachorro é veadeiro.
- Ao se transpor o texto acima para o discurso indireto, a forma verbal sublinhada será substituída por
- (A) foi.
 - (B) fosse.
 - (C) era.
 - (D) seja.
 - (E) fora.
-
8. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:
- (A) ando por este mundo (9º parágrafo)
 - (B) pegando uma velha pena de pato (1º parágrafo)
 - (C) era conhecido por Zig Braga (2º parágrafo)
 - (D) o cachorro não aparecera em parte alguma (6º parágrafo)
 - (E) sei apenas que Valente sumiu (6º parágrafo)
-
9. Em só o vi valente no comer angu (3º parágrafo), o termo sublinhado exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:
- (A) ainda jogarei fora esta máquina de escrever (1º parágrafo)
 - (B) só aceitava angu pelas mãos de minha mãe (3º parágrafo)
 - (C) Zig era cachorro mesmo (2º parágrafo)
 - (D) Não sei se matou alguma coisa (6º parágrafo)
 - (E) era Valente um bom Braga (9º parágrafo)

Atenção: Leia a fábula “O cabrito e o lobo flautista”, de Esopo, para responder às questões de números 10 a 17.

Um cabrito que ficou por último atrás do rebanho estava sendo perseguido por um lobo. Então ele se virou para o lobo e disse: “Lobo, estou conformado em ser sua comida. Mas, para que eu não morra de forma indigna, toque uma flauta para eu dançar.” E o lobo se pôs a tocar flauta e o cabrito, a dançar. Entretanto, os cães o ouviram e saíram no encalço do lobo. Então este se voltou e disse ao cabrito: “Isso é benfeito para mim, pois eu, que sou magarefe, não devia me pôr a imitar um flautista.”*

(Esopo. *Fábulas completas*. São Paulo: Cosac Naify, 2013)

*magarefe: indivíduo que abate e esfola as reses nos matadouros; açougueiro, carniceiro.

10. Depreende-se da leitura da fábula a seguinte moral:
- (A) Assim, as pessoas insignificantes tentam parecer bem mais do que são de fato.
 - (B) Assim, os homens maus, ainda que deem a impressão de ajudar, só prejudicam.
 - (C) Assim, a rivalidade com superiores, além de não levar a nada, ainda acrescenta o riso às desgraças.
 - (D) Assim, os que conspiram contra os sócios sem perceber também perecem junto com eles.
 - (E) Assim, aqueles que praticam uma ação sem levar em conta as circunstâncias perdem até o que têm em mãos.



11. Na construção da fábula, Esopo recorre fundamentalmente à seguinte figura de linguagem:
- (A) personificação.
 - (B) eufemismo.
 - (C) hipérbole.
 - (D) antítese.
 - (E) pleonasma.
-
12. Considerando o conjunto de fábulas, a conduta do cabrito permite caracterizá-lo como
- (A) ingênuo.
 - (B) distraído.
 - (C) servil.
 - (D) astuto.
 - (E) resignado.
-
13. Em *Entretanto, os cães o ouviram e saíram no encalço do lobo*, o termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:
- (A) Além disso
 - (B) Contudo
 - (C) Portanto
 - (D) Mesmo assim
 - (E) Por isso
-
14. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a supressão de um verbo no seguinte trecho:
- (A) *Entretanto, os cães o ouviram e saíram no encalço do lobo.*
 - (B) *Lobo, estou conformado em ser sua comida.*
 - (C) *Mas, para que eu não morra de forma indigna, toque uma flauta para eu dançar.*
 - (D) *E o lobo se pôs a tocar flauta e o cabrito, a dançar.*
 - (E) *Isso é benfeito para mim, pois eu, que sou magarefe, não devia me pôr a imitar um flautista.*
-
15. Em *toque uma flauta para eu dançar*, a preposição destacada introduz ideia de
- (A) consequência.
 - (B) finalidade.
 - (C) causa.
 - (D) conformidade.
 - (E) proporção.
-
16. Exprime circunstância de tempo o termo sublinhado em:
- (A) *Entretanto, os cães o ouviram*
 - (B) *Mas, para que eu não morra de forma indigna*
 - (C) *Então ele se virou para o lobo*
 - (D) *Isso é benfeito para mim*
 - (E) *pois eu, que sou magarefe*
-
17. *Um cabrito [...] estava sendo perseguido por um lobo.*
- Transposto para a voz ativa, o trecho acima assume a seguinte redação:
- (A) Um lobo perseguia um cabrito.
 - (B) Um cabrito era perseguido por um lobo.
 - (C) Um lobo estaria perseguindo um cabrito.
 - (D) Um cabrito tinha sido perseguido por um lobo.
 - (E) Um lobo estava perseguindo um cabrito.
-
18. Associada ...I... Esopo, ...II... fábula é muito mais antiga do que ele. Ainda assim, Esopo é tido em larga medida como seu pai e ...III... Grécia, como sua mãe.
- Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, preenchem corretamente as lacunas I, II e III, respectivamente:
- (A) a – à – a
 - (B) à – à – a
 - (C) a – a – à
 - (D) a – a – a
 - (E) à – a – à

**Matemática e Raciocínio-Lógico**

19. Há 20 alunos em uma classe, entre meninas e meninos. O professor distribui 41 lápis entre as meninas. Cada menina recebe o mesmo número de lápis e sobram 2 lápis. Se há mais meninas do que meninos, o número de meninos na turma é
- (A) 7
(B) 9
(C) 11
(D) 13
(E) 5
-
20. Um número foi pintado em cada uma das seis faces de um cubo de tal modo que todas as somas dos números que estão em faces opostas fossem iguais. Cinco dos números pintados são: 5, 6, 9, 11 e 14. O número pintado na sexta face é
- (A) 15
(B) 16
(C) 20
(D) 12
(E) 13
-
21. Ana, André e Abel são trigêmeos e têm um irmão 5 anos mais novo. Das alternativas a seguir, a única que poderia ser a soma das idades dos 4 irmãos é
- (A) 26
(B) 18
(C) 22
(D) 27
(E) 24
-
22. Quando Pedro nasceu, sua avó tinha 48 anos. Hoje Pedro faz aniversário e está completando $\frac{1}{3}$ da idade de sua avó. A soma das idades dos dois hoje é
- (A) 72
(B) 96
(C) 100
(D) 84
(E) 86
-
23. Uma caixa contém 3 bolas amarelas, 4 azuis e 8 vermelhas. O menor número de bolas a serem retiradas da caixa para termos certeza de observar as três cores é
- (A) 12
(B) 5
(C) 13
(D) 3
(E) 10
-
24. Um grupo de meninas formou uma roda. Ana é a quarta à esquerda de Helena e a sétima à direita de Helena. O número de meninas que formaram a roda é
- (A) 9
(B) 12
(C) 10
(D) 11
(E) 13

**Legislação**

25. A Lei nº 8.112/1990 estabelece que, dentre outras, são formas de provimento de cargo público:
- (A) nomeação, posse e entrada em exercício.
 - (B) promoção, posse e readaptação.
 - (C) reversão, entrada em exercício e aproveitamento.
 - (D) nomeação, posse e reintegração.
 - (E) recondução, reintegração e reversão.
-
26. Em relação a determinado servidor, ocorreram os seguintes fatos: publicação do ato de provimento em 1º/3/2012; tomou posse em 30/3/2012; entrou em exercício em 10/4/2012; publicação de ato de promoção em 10/6/2022, oportunidade em que foi interrompido o tempo de exercício. Houve ofensa ao disposto na Lei nº 8.112/1990, uma vez que
- (A) a posse independe da publicação do ato de provimento.
 - (B) não foi respeitado o prazo para tomar posse.
 - (C) a entrada em exercício independe do servidor ter tomado posse.
 - (D) não foi respeitado o prazo para entrada em exercício.
 - (E) a promoção não interrompe o tempo de exercício.
-
27. Um servidor, por meio de ato comissivo, na forma culposa, causou prejuízo a terceiro. Nos termos previstos na Lei nº 8.112/1990, desse ato decorre responsabilidade
- (A) civil, com previsão de que o servidor responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva, mas sem previsão da extensão de reparar o dano aos seus sucessores.
 - (B) civil, com previsão de que o servidor responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva, e com previsão da extensão de reparar o dano aos seus sucessores, e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
 - (C) civil, sem previsão de que o servidor responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva, mas com previsão da extensão de reparar o dano aos seus sucessores, e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
 - (D) penal, com previsão de que o servidor responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva, mas sem previsão da extensão de reparar o dano aos seus sucessores.
 - (E) penal, com previsão de que o servidor responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva, e com previsão da extensão de reparar o dano aos seus sucessores, e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
-
28. O Regimento Interno do TRT da 17ª Região prevê que, para efeitos legais, regimentais e administrativos, a antiguidade dos Desembargadores conta-se a partir do efetivo exercício, prevalecendo em igualdade de condições, como primeiro critério,
- (A) a data da posse.
 - (B) a data da nomeação.
 - (C) o tempo de serviço anterior na Magistratura, no Ministério Público ou na Advocacia.
 - (D) o tempo de serviço público.
 - (E) a idade.
-
29. O Regimento Interno do TRT da 17ª Região estabelece que a correição parcial poderá ser instaurada de ofício pelo Corregedor
- (A) Geral ou por determinação do Tribunal Pleno.
 - (B) Geral ou por determinação do Presidente do Tribunal.
 - (C) Regional ou por determinação do Tribunal Pleno.
 - (D) Regional ou por determinação do Presidente do Tribunal.
 - (E) Regional ou por determinação do Vice-Presidente do Tribunal.
-
30. O Regimento Interno do TRT da 17ª Região especifica que terão preferência para inclusão em pauta, pela ordem,
- (A) dissídio coletivo, processo que uma das partes tenha mais de sessenta anos, *habeas corpus*, dissídio de greve e mandado de segurança.
 - (B) processo que uma das partes tenha mais de sessenta anos, *habeas corpus*, dissídio de greve, mandado de segurança e dissídio coletivo.
 - (C) dissídio de greve, mandado de segurança, dissídio coletivo, processo que uma das partes tenha mais de sessenta anos e *habeas corpus*.
 - (D) *habeas corpus*, dissídio de greve, mandado de segurança, dissídio coletivo e processo que uma das partes tenha mais de sessenta anos.
 - (E) mandado de segurança, dissídio coletivo, processo que uma das partes tenha mais de sessenta anos, *habeas corpus* e dissídio de greve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Adalberto, brasileiro, é advogado com mais de dez anos de efetiva atividade profissional no Estado do Espírito Santo, tem 66 anos de idade, possui notável saber jurídico e reputação ilibada. Marcel, brasileiro, é membro do Ministério Público Federal, atuando no Estado do Espírito Santo, com mais de dez anos de efetivo exercício e tem 45 anos de idade. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, preenchem os requisitos para compor o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região
- (A) apenas Adalberto, que não poderá compor, entretanto, o Tribunal Superior do Trabalho.
 - (B) e também o Tribunal Superior do Trabalho apenas Adalberto.
 - (C) e também o Tribunal Superior do Trabalho tanto Adalberto quanto Marcel.
 - (D) e também o Tribunal Superior do Trabalho apenas Marcel.
 - (E) apenas Marcel, que não poderá compor, entretanto, o Tribunal Superior do Trabalho.
-
32. De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público
- (A) da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, cuja destituição, por iniciativa da maioria absoluta do Senado Federal, deverá ser precedida de autorização do Presidente da República.
 - (B) da União não compreende o Ministério Público do Trabalho, tendo em vista que a Justiça do Trabalho possui órgãos e jurisdição próprios.
 - (C) da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, cuja destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
 - (D) é instituição permanente, sendo que os Ministérios Públicos dos Estados formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Senado Federal para mandato de dois anos, proibida a recondução.
 - (E) abrange o Ministério Público da União e dos Estados, sendo aos seus membros garantida a vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial, independentemente do seu trânsito em julgado.
-
33. Irineu nasceu no país estrangeiro "X" enquanto sua mãe, brasileira, lá estava a serviço do Brasil, voltando a residir aqui poucos anos depois. Hoje, já formado na Universidade, prepara-se para seguir a carreira diplomática. Com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal, Irineu
- (A) é brasileiro nato e poderá exercer cargo da carreira diplomática.
 - (B) será considerado brasileiro nato apenas se tiver sido registrado na repartição pública brasileira competente e tenha optado, aos dezoito anos, pela nacionalidade brasileira, podendo, se assim tiver ocorrido, exercer cargo da carreira diplomática.
 - (C) não é brasileiro nato, não podendo, portanto, exercer cargo da carreira diplomática.
 - (D) não é brasileiro nato, podendo, entretanto, exercer cargo da carreira diplomática.
 - (E) será considerado brasileiro apenas se naturalizar-se, não podendo, ainda assim, exercer cargo da carreira diplomática.
-
34. De acordo com a Constituição Federal, a soberania popular será exercida
- (A) apenas pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, sendo o alistamento e o voto obrigatórios para os maiores de dezoito anos, proibidos para os analfabetos e facultativos somente para os maiores de setenta e cinco anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
 - (B) pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, apenas mediante plebiscito e referendo, sendo o alistamento e o voto obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos somente para os maiores de setenta e cinco anos, para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e para os analfabetos.
 - (C) apenas pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, sendo o alistamento e o voto obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, para os maiores de sessenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
 - (D) pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular, sendo o alistamento e o voto obrigatórios para os maiores de dezoito anos, proibidos para os analfabetos e facultativos para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
 - (E) pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular, sendo o alistamento e o voto obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.



35. Jocasta, Deputada Federal, Martina, Deputada Estadual e Jordana, Vereadora, desligaram-se dos partidos políticos pelos quais foram eleitas, com a anuência desses partidos. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, é correto afirmar que
- (A) apenas Martina perderá seu mandato.
 - (B) apenas Jocasta perderá o mandato.
 - (C) Jocasta, Martina e Jordana perderão seus mandatos.
 - (D) apenas Jordana perderá seu mandato.
 - (E) Jocasta, Martina e Jordana não perderão seus mandatos.

36. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre
- (A) desapropriação, sendo competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre trânsito e transporte.
 - (B) nacionalidade, cidadania e naturalização, sendo competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
 - (C) saúde, assistência pública, proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, sendo competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre nacionalidade, cidadania e naturalização.
 - (D) custas dos serviços forenses, sendo competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre produção e consumo.
 - (E) produção e consumo, sendo competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

37. Sobre a Administração Pública, considere:

- I. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, dentre outras hipóteses, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- II. A proibição de acumular cargos públicos remunerados estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações e empresas públicas, não estando as sociedades de economia mista incluídas nessa proibição.
- III. Independe de autorização legislativa, em qualquer caso, a criação de subsidiárias de sociedades de economia mista, assim como a participação delas em empresa privada.
- IV. A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

De acordo com a Constituição Federal, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I.

38. De acordo com a Constituição Federal, as medidas provisórias

- (A) não apreciadas em até trinta dias contados de sua publicação, entrarão em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- (B) que impliquem instituição de quaisquer impostos somente produzirão efeitos no exercício financeiro seguinte se houverem sido convertidas em lei até trinta dias antes do último dia daquele em foram editadas.
- (C) perderão eficácia, desde a aprovação pelo Congresso Nacional, se não forem convertidas em lei no prazo improrrogável de sessenta dias, devendo ser as relações jurídicas dela decorrentes disciplinadas por decreto legislativo.
- (D) poderão ser adotadas pelo Presidente da República em caso de relevância e urgência, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, possuindo, essas medidas provisórias, força de lei, sendo vedada sua edição sobre direito penal, dentre outras matérias.
- (E) terão sua votação iniciada no Senado Federal, cabendo à comissão mista de Deputados e Senadores examiná-las e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

39. De acordo com a Constituição Federal, a competência para processar e julgar, originariamente: a homologação de sentença estrangeira; o mandado de segurança contra atos das Mesas da Câmara dos Deputados; e o *habeas data* contra ato de Ministro de Estado será do

- (A) Superior Tribunal de Justiça; do Supremo Tribunal Federal; e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (B) Superior Tribunal de Justiça, nas três situações.
- (C) Supremo Tribunal Federal, nas três situações.
- (D) Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (E) Superior Tribunal de Justiça; do Superior Tribunal de Justiça; e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.



40. De acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República, no caso de ser regularmente admitida acusação contra ele por crime contra o cumprimento das decisões judiciais, praticado no exercício de suas funções,
- (A) estará sujeito à prisão, desde o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, por se tratar de hipótese de crime de responsabilidade.
 - (B) ficará suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, perante o qual será julgado.
 - (C) não estará sujeito à prisão somente enquanto não sobrevier sentença condenatória, por se tratar de hipótese de infração penal comum.
 - (D) não poderá ficar suspenso de suas funções antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - (E) ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal, perante o qual será submetido a julgamento.

Noções de Direito Administrativo

41. Com relação aos princípios da Administração Pública,
- (A) o rol dos princípios da Administração Pública elencados na Constituição Federal é exaustivo.
 - (B) os Poderes Legislativo e Judiciário não estão sujeitos aos princípios da Administração Pública no exercício de suas funções típicas ou atípicas.
 - (C) o princípio da eficiência não constava da redação original da Constituição Federal, sendo posteriormente incluído por meio de uma emenda, quase dez anos após a sua promulgação.
 - (D) os princípios da Administração Pública se aplicam somente à administração direta, não se aplicando às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
 - (E) a obrigação do poder público de disponibilizar para a sociedade a remuneração dos servidores públicos está relacionada ao princípio da eficiência.
-
42. De acordo com o que disciplina o ordenamento jurídico, a doutrina e, ainda, o entendimento dos tribunais superiores acerca do poder de polícia,
- (A) os atos administrativos decorrentes do poder de polícia gozam, em regra, do atributo da exigibilidade, haja vista a administração depender da intervenção do Poder Judiciário para torná-los efetivos.
 - (B) se o apossamento do espaço urbano público ocorre ilegalmente, incumbe exclusivamente ao administrado fazer a imediata demolição da construção irregular e a desocupação de bem turbado ou esbulhado.
 - (C) prescreve em três anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
 - (D) é constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
 - (E) há a extrapolação do poder de polícia nas situações em que a Administração Pública estabelece a proibição e a comercialização de determinados produtos, por ferir a livre concorrência.
-
43. Acerca dos poderes da Administração Pública,
- (A) o poder de polícia, ainda que seja essencialmente discricionário, está sob controle de legalidade do Poder Judiciário.
 - (B) o poder regulamentar do Poder Executivo é autônomo e não está sujeito a controle do Legislativo e do Judiciário.
 - (C) o poder hierárquico é aquele usado pela administração para punir servidores e particulares sujeitos às regras administrativas.
 - (D) entre a administração indireta e os entes federativos que as instituíram há a presença de subordinação hierárquica.
 - (E) o poder discricionário é aquele de que dispõe a administração para a prática de atos administrativos em que é mínima ou inexistente a sua liberdade de atuação.
-
44. De acordo com o que estabelece o ordenamento jurídico sobre a organização da Administração Pública,
- (A) somente por meio de lei em sentido estrito é possível a criação, a extinção e a estruturação dos órgãos públicos.
 - (B) empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União e pelos Estados, não havendo previsão legal de sua criação pelos Municípios.
 - (C) depende de autorização do chefe do Poder Executivo a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, sendo vedada a participação de qualquer delas em empresas privadas.
 - (D) a sociedade de economia mista que desempenha atividade econômica e que distribua lucros a acionistas privados poderá gozar de privilégios fiscais não extensivos às demais empresas do setor privado.
 - (E) nas sociedades de economia mista existem acionistas públicos e privados, contudo, o Poder Público sempre deve deter o controle acionário.



45. A posse, nos casos de provimento de cargo por nomeação, ocorrerá no prazo de I dias contados da publicação do ato de provimento. É de II dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse. Será submetida à homologação da autoridade competente, III meses antes de findo o período do estágio probatório, a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo.

Conforme estabelece a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, as lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) 15 – 30 – 2
- (B) 15 – 15 – 6
- (C) 30 – 15 – 4
- (D) 30 – 30 – 3
- (E) 30 – 15 – 3

46. O adicional I será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.

De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.112/1990, considerando apenas as informações fornecidas, a lacuna I deve ser preenchida corretamente por:

- (A) de atividade penosa
- (B) de insalubridade
- (C) de periculosidade
- (D) por serviço extraordinário
- (E) noturno

47. Alessandra é servidora pública federal, ocupante de cargo efetivo. Em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, por ocasião do seu casamento, Alessandra poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por até

- (A) 3 dias consecutivos.
- (B) 5 dias consecutivos.
- (C) 8 dias consecutivos.
- (D) 7 dias consecutivos.
- (E) 4 dias consecutivos.

48. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.112/1990, o processo administrativo disciplinar da sindicância poderá resultar:

- I. no arquivamento do processo disciplinar.
- II. na aplicação da penalidade de advertência.
- III. na aplicação da penalidade de suspensão por até 60 dias.
- IV. na aplicação da penalidade de demissão.
- V. na instauração de processo disciplinar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, IV e V.

49. Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de I dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de II dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até III dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Conforme estabelece a Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, as lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) 10 – 5 – 15
- (B) 3 – 10 – 30
- (C) 5 – 15 – 20
- (D) 5 – 10 – 60
- (E) 3 – 5 – 30



50. De acordo com o que estabelece a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021),
- (A) ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até dois anos.
 - (B) tendo em vista a indisponibilidade do interesse público, nas contratações regidas por essa lei, é vedada a utilização de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias.
 - (C) é vedada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a aplicação de regulamentos editados pela União para execução dessa lei.
 - (D) dos atos da Administração decorrentes da aplicação dessa lei cabe recurso, no prazo de 5 dias úteis, contado da data de intimação, em face de anulação ou revogação da licitação.
 - (E) a apreciação do recurso apresentado contra o ato da Administração relativo do julgamento das propostas dar-se-á em fase única.

Noções de Administração Pública

51. O traço característico de uma estrutura do tipo divisional, que a diferencia de uma estrutura com departamentalização no molde funcional, consiste em
- (A) órgãos temporários vinculados ao tempo de duração de projetos.
 - (B) divisão geográfica, com atividades agrupadas entre matriz e filiais.
 - (C) estratificação de funções, ficando em primeiro nível apenas as atividades financeiras.
 - (D) unidades que operam de forma autônoma, denominadas centros de resultados.
 - (E) centralização de custos e de despesas, com órgão único para apuração de resultados.
52. Entre os princípios aplicáveis às organizações, de acordo com a abordagem apresentada por Henri Fayol, um dos principais expoentes da Escola Clássica, pode-se citar o princípio da
- (A) autoridade de linha, segundo o qual o estilo de liderança deve ser adequado à cultura da organização.
 - (B) estabilidade de pessoal, segundo o qual mudanças frequentes nas atribuições dos funcionários prejudicam a eficiência.
 - (C) separação entre gestão e administração, evitando o denominado conflito de agência.
 - (D) organicidade, segundo o qual deve ser evitada a unidade de direção a fim de promover a integração entre as áreas.
 - (E) orientação por tarefas, que representou uma mudança de paradigma ao propor a ausência de divisão clara de funções entre cargos.
53. Um dos mecanismos de coordenação de atividades presente na maioria das organizações consiste no denominado ajuste espontâneo, o qual
- (A) possui fundamento formal, sendo a resultante fática obtida a partir da aplicação das normas de conduta vigentes.
 - (B) opera-se entre integrantes da organização sem pressupor uma relação de subordinação.
 - (C) consiste na indução psicológica operada nos integrantes da organização pelas estruturas de poder.
 - (D) nada mais é do que a autodeterminação dos integrantes da organização para exercer as responsabilidades que lhe são cometidas.
 - (E) opera-se entre o gerente e seus subordinados a partir de um sistema adequado de incentivos e desincentivos.
54. De acordo com a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, apresentada por Abraham Maslow, para induzir a motivação dos empregados é necessário, inicialmente,
- (A) a construção de um escalonamento, na forma de pirâmide, dos objetivos individuais e coletivos a serem perseguidos pela organização, pois apenas esse referencial claro e tangível é capaz de induzir a motivação.
 - (B) o conhecimento das necessidades intrínsecas dos indivíduos, ligadas a fatores psicológicos e sociais, cujo não atendimento impede que almejem a satisfação no trabalho.
 - (C) o mapeamento do grupo de empregados que se pretende atingir, com a estratificação de variáveis individuais, coletivas e sociais, de forma a buscar o ponto médio a ser atingido para a motivação de todos.
 - (D) o atendimento de necessidades básicas, ditas fisiológicas; e apenas depois disso é que o indivíduo se sentirá estimulado a buscar a satisfação de necessidades de segurança, sociais, de estima e de autorrealização.
 - (E) a elaboração de uma matriz de variáveis motivacionais, intrínsecas e extrínsecas, identificando as gerenciáveis e as não gerenciáveis e as que são efetivamente indutoras de motivação.
55. Suponha que determinada organização pretenda aplicar, pela primeira vez, processo de avaliação de desempenho de seus membros para selecionar os mais aptos a ocuparem posições de chefia e assessoramento. Nesse sentido, para escolher a metodologia a ser aplicada, cotejando os prós e os contras de algumas das mais conhecidas, deverá considerar que:
- (A) a aplicação da Pesquisa de Campo como metodologia de avaliação, embora em regra ofereça resultados confiáveis, dependerá de ações externas à organização com a identificação no mercado do paradigma para avaliação de seus empregados.
 - (B) caso opte pelo método Escolha Forçada, o resultado da avaliação será vinculante para a organização em termos de promoção, desligamentos e movimentação de pessoal.
 - (C) o método Incidentes Críticos, embora muito usado contemporaneamente, é bastante controverso, pois expõe os avaliados a exercícios e atividades que simulam situações limite, podendo ensejar risco ou constrangimento pessoal.
 - (D) a Comparação Binária, embora seja um método bastante eficiente, é de difícil aplicação, pois necessita da prévia identificação do "funcionário modelo", em relação ao qual o desempenho dos demais é comparado.
 - (E) a Avaliação 360º ou circular deve, necessariamente, contar com a autoavaliação e com *feedback* das pessoas com quem o avaliado se relaciona, demandando envolvimento e maturidade dos envolvidos no processo.



56. Uma das categorizações correntes sobre a tipologia das decisões tomadas no âmbito das organizações as classifica em programadas e não programadas, sendo estas últimas
- (A) expressão de um processo decisório desestruturado, que não percorreu as etapas necessárias de identificação do problema e mapeamento de alternativas possíveis.
 - (B) adotadas em situações não recorrentes na organização e nas quais não é possível valer-se do acervo de soluções disponíveis.
 - (C) próprias de organizações que adotam o modelo autocrático, em que as decisões são impostas sem a participação de todos os envolvidos no processo.
 - (D) de natureza disruptiva, ensejando soluções que alteram os paradigmas presentes na organização e demandando, portanto, um processo democrático.
 - (E) um indicativo de que a organização possui gestores deficientes em termos de capacidade técnica ou de legitimidade.
-
57. Uma organização que pretenda adotar um sistema de gestão por projetos, valendo-se dos conceitos predicados pelo Método do Caminho Crítico, deverá
- (A) construir um fluxograma dos projetos prioritários da organização, identificando os pontos de conexão entre eles e os caminhos (críticos) a serem evitados para minimizar sobreposições, retrabalho e perda de eficiência.
 - (B) estimar o tempo de duração de cada projeto de acordo com cenários otimista e pessimista, apresentando, ao final, uma média ponderada que será adotada como prazo alvo no cronograma fixado.
 - (C) identificar o sequenciamento de atividades mais importantes para que o projeto seja executado no menor tempo possível, sabendo que, se houver atraso em alguma das etapas, o cronograma do projeto será inteiramente afetado.
 - (D) trabalhar com uma matriz de variáveis internas e externas que influenciam ou impactam a execução do projeto, segundo probabilidade de ocorrência e criticidade, adotando medidas de mitigação de riscos.
 - (E) concentrar o foco no custo para realização do projeto e não no seu prazo de execução, otimizando os recursos humanos e materiais alocados e buscando ganhos de escala.
-
58. O Ciclo PDCA, também conhecido como Ciclo de Deming, que teve origem nos anos de 1950 e forte aplicação no Japão, consiste em um(a)
- (A) método de gerenciamento de projetos estratégicos, utilizado desde a etapa de desenvolvimento, concepção e aplicação.
 - (B) metodologia de planejamento estratégico, que identifica os potenciais desafios e os caminhos para atingimento dos objetivos propostos.
 - (C) diagrama para mapeamento dos principais processos da organização, com classificação nos quadrantes: prioritário; desnecessário; controlado; e adaptado.
 - (D) processo de treinamento de pessoal voltado a aumentar o engajamento dos empregados utilizando os pilares: poder; desempenho; capacidade; e ação.
 - (E) ferramenta utilizada para otimização de processos, incluindo as etapas de planejamento; execução; controle ou verificação; e ação corretiva.
-
59. O modelo de excelência apresentado pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), que objetiva alçar as organizações públicas e privadas a padrões de excelência de nível mundial, apresenta, entre seus fundamentos, o denominado pensamento sistêmico, correspondente ao
- (A) conjunto de enunciados que deve ser internalizado na organização para alinhar as práticas de todos os colaboradores, sendo o principal: "qualidade gera qualidade".
 - (B) programa de treinamento aplicado aos integrantes da organização para mudança de padrão de comportamento com foco na qualidade total.
 - (C) método de trabalho proposto aos gestores que conjuga o binômio qualidade do trabalho e qualidade no trabalho, este último focado nas relações interpessoais.
 - (D) entendimento das relações de interdependência entre os diversos componentes de uma organização, bem como entre a organização e o ambiente externo.
 - (E) sistema de boas práticas, envolvendo governança, sustentabilidade e responsabilidade social, que assegura a certificação da organização com o selo "qualidade total".
-
60. Suponha que determinada entidade pública pretenda realizar diagnóstico institucional e planejamento estratégico adotando como metodologia o *Balanced Scorecard* (BSC). Considerando os contornos de tal metodologia, é certo que
- (A) pressupõe-se a prévia identificação da missão da organização, que corresponde ao futuro almejado por seus integrantes.
 - (B) a organização precisará construir uma matriz SWOT, que constitui uma representação gráfica das metas e indicadores de desempenho adotados.
 - (C) dependerá da presença de um consultor externo especializado que deverá aplicar o teste de Pareto para identificar o grau de maturidade da organização.
 - (D) deverão ser consideradas, além das perspectiva financeira, também a dos clientes, a dos processos internos e a do aprendizado e crescimento.
 - (E) a resultante obtida será o mapa estratégico da organização, no qual serão indicadas suas forças, fraquezas e as oportunidades e ameaças existentes.

**Noções de Direito do Trabalho**

61. Teobaldo é empregado do Frigorífico Boi no Prato, localizado em região de difícil acesso, desprovida de transporte público regular e, por esse motivo o seu empregador fornece condução de ida e volta aos empregados. Teobaldo gasta 30 minutos para ir e 30 minutos para voltar caminhando até o ponto de encontro do ônibus fornecido pela empresa no trajeto casa-ponto de encontro-casa. O percurso de ônibus até a empresa é feito em uma hora e meia na ida e uma hora e meia na volta. Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Teobaldo
- (A) não faz jus a horas *in itinere*.
 - (B) é credor de 3 horas *in itinere*.
 - (C) deve receber 4 horas *in itinere*.
 - (D) faz jus a 2 horas *in itinere*, limite máximo previsto na CLT.
 - (E) é credor de 1 hora *in itinere* limite máximo previsto na CLT quando o empregador fornece a condução.
-
62. Vênus é auxiliar de limpeza de um condomínio empresarial, trabalhando com produtos químicos que, de acordo com laudo técnico, ensejam a caracterização de ambiente insalubre em grau médio. Sabendo-se que Vênus recebe salário mensal de R\$ 2.000,00, e que o salário mínimo vigente na sua região é de R\$ 1.300,00, ela fará jus ao adicional de insalubridade de
- (A) R\$ 400,00
 - (B) R\$ 260,00
 - (C) R\$ 200,00
 - (D) R\$ 390,00
 - (E) R\$ 520,00
-
63. Cícero e a sua empregadora, a locadora de veículos Alugue Já pretendem colocar fim ao contrato de trabalho por mútuo acordo. O último salário de Cícero é de R\$ 3.000,00, o contrato de trabalho vigorou de 01/01/2022 a 30/09/2022, e o saldo da conta do FGTS é de R\$ 2.500,00. Nessa situação, sabendo que o aviso prévio será indenizado, Cícero receberá, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) R\$ 1.500,00 de aviso prévio, R\$ 1.000,00 de multa do FGTS, 13^o salário proporcional pela metade, podendo levantar até 70% do saldo da conta vinculada do FGTS.
 - (B) R\$ 3.000,00 de aviso prévio, R\$ 500,00 de multa do FGTS, 13^o salário proporcional pela metade, podendo levantar até 80% do saldo da conta vinculada do FGTS.
 - (C) R\$ 1.500,00 de aviso prévio, R\$ 500,00 de multa do FGTS, 13^o salário proporcional integral, podendo levantar todo o saldo da conta vinculada do FGTS.
 - (D) R\$ 2.400,00 de aviso prévio, R\$ 1.000,00 de multa do FGTS, 13^o salário proporcional pela metade, podendo levantar até 85% do saldo da conta vinculada do FGTS.
 - (E) R\$ 1.500,00 de aviso prévio, R\$ 500,00 de multa do FGTS, 13^o salário proporcional integral, podendo levantar até 80% do saldo da conta vinculada do FGTS.
-
64. Minerva é trabalhadora regida pela CLT e, desde o início do ano de 2022, doou voluntariamente sangue por duas oportunidades, teve o falecimento de seu pai e levou seu filho de 8 anos a três consultas médicas. Conforme previsão da CLT, Minerva pôde ter se ausentado do trabalho, sem prejuízo do salário, por
- (A) 3 dias.
 - (B) 4 dias.
 - (C) 6 dias.
 - (D) 5 dias.
 - (E) 7 dias.
-
65. Zeus é comissário de bordo da empresa de transporte aéreo Céu de Brigadeiro. Durante o abastecimento da aeronave, por determinação da empresa, Zeus e os demais membros da tripulação permanecem a bordo. O salário de Zeus é de R\$ 4.000,00. Nessa situação, à luz do que orienta a jurisprudência sumulada do TST, o referido empregado
- (A) faz jus a R\$ 1.200,00 de adicional de periculosidade, independente de prova técnica.
 - (B) deve perceber R\$ 600,00 de adicional de periculosidade, independente de prova técnica.
 - (C) é credor de R\$ 1.200,00 de adicional de periculosidade, desde que caracterizado em perícia técnica.
 - (D) não faz jus ao adicional de periculosidade.
 - (E) deve perceber R\$ 1.000,00 de adicional de periculosidade, desde que caracterizado em perícia técnica.
-
66. Vitória Régia foi empregada da Panificadora Pão na Chapa Ltda. de 01/01/2016 a 31/12/2021, data em que terminou o aviso prévio trabalhado da referida empregada. Entendendo que o aviso prévio concedido pela empresa não foi correto, Vitória Régia pretende ajuizar ação trabalhista em face da sua ex-empregadora. Na situação narrada, conforme legislação vigente, o aviso prévio concedido à empregada deveria ter sido de
- (A) 30 dias.
 - (B) 48 dias.
 - (C) 42 dias.
 - (D) 33 dias.
 - (E) 45 dias.



67. A fábrica de colchões Sono dos Justos Ltda. pretende celebrar Acordo Coletivo com o sindicato dos empregados, visando a preservação de empregos. Dentre algumas cláusulas em negociação estão:
- I. Equivalência entre remuneração do trabalho noturno e diurno por 12 meses.
 - II. Estabelecimento de banco de horas anual.
 - III. Redução do intervalo para repouso e alimentação para 30 minutos para todos os empregados, incluindo os de jornada de 8 horas.
 - IV. Indenização rescisória sobre o saldo do FGTS para 30% durante 12 meses.
 - V. Exclusão do regime de participação nos lucros por 24 meses.

De acordo com a CLT, são ilícitas APENAS as cláusulas constantes em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) II e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, II e III.

68. A respeito do regime de teletrabalho previsto na CLT, considere:

- I. Acordo individual poderá dispor sobre os horários e os meios de comunicação entre empregado e empregador, desde que assegurados os repousos legais.
- II. O empregador não será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, na hipótese de o empregado optar pela realização do teletrabalho ou trabalho remoto fora da localidade prevista no contrato, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.
- III. Não fica permitida a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.
- IV. O tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, bem como de *softwares*, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho, fora da jornada de trabalho normal do empregado não constitui tempo à disposição ou regime de prontidão ou de sobreaviso, exceto se houver previsão em acordo individual ou em acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- V. Ao contrato de trabalho do empregado admitido no Brasil que optar pela realização de teletrabalho fora do território nacional aplicar-se-á sempre a legislação brasileira.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e V.

69. O restaurante de comida italiana Fa Benne pretende conceder férias ao seu empregado Sócrates, sendo que este solicitou o fracionamento do período, com o que anuiu o empregador. Nessa situação, com base no que prevê a CLT, esse fracionamento poderá se dar em até I períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a II dias, além do que as férias não poderão começar no período de III dias que antecede feriado.

As lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) 4 – 12 – 2
- (B) 3 – 10 – 3
- (C) 2 – 15 – 4
- (D) 4 – 12 – 3
- (E) 3 – 14 – 2

70. Cleópatra trabalha no Banco Pirâmide exercendo cargo de confiança por 5 anos ininterruptos. Recebe, além do salário de R\$ 6.000,00, uma gratificação pelo exercício da função de confiança de R\$ 1.500,00. Comunicada este mês que deixará de exercer a função de confiança a partir do próximo mês, com base na CLT, Cleópatra perceberá

- (A) R\$ 6.000,00 de salário, acrescido de R\$ 750,00 de gratificação de função pelo fato de ter percebido a mesma por 5 anos, quando nessa hipótese incorpora a sua remuneração 50% da gratificação de função.
- (B) R\$ 6.000,00 de salário, acrescido de R\$ 1.500,00 de gratificação de função pelo fato de ter percebido a mesma por 5 anos, quando nessa hipótese incorpora a sua remuneração 100% da gratificação de função.
- (C) R\$ 6.000,00 de salário, apenas, deixando de receber a gratificação de função porque não há na hipótese direito adquirido.
- (D) R\$ 6.000,00 de salário, acrescido de R\$ 600,00 de gratificação de função pelo fato de ter percebido a mesma por 5 anos, quando nessa hipótese incorpora a sua remuneração 40% da gratificação de função.
- (E) R\$ 6.000,00 de salário, acrescido de R\$ 900,00 de gratificação de função pelo fato de ter percebido a mesma por mais 5 anos, quando nessa hipótese incorpora a sua remuneração 60% da gratificação de função.